

DOI:10.4025/5cih.pphuem.1303

O Futuro, Segundo Monteiro Lobato: Eugenia e Utopia na Obra o Presidente Negro (1926)

Rafael Egidio Leal e Silva

Resumo: Este texto tem o objetivo de investigar as idéias de Eugenia e a visão da sociedade do futuro a partir da leitura da obra *O presidente negro*, do escritor brasileiro José Bento Monteiro Lobato (1882-1948). Seu único romance, *O presidente negro* (1926), caracterizado como uma obra de ficção científica, apresenta uma visão do futuro da humanidade (através do aparelho “porviroscópio”) onde se observa que após a criação de severas leis de Eugenia nos Estados Unidos, que separaram definitivamente as raças (brancos e negros), este país teria vivido então seu auge como civilização, cultural e economicamente, até o ano de 2228. Com a eleição de seu primeiro presidente negro neste ano, a crise racial culmina com a eliminação completa do negro na América, através da esterilização em massa desta raça por um ardil dos brancos. Monteiro Lobato, nesta obra, colocava-se ao lado de setores hegemônicos da ciência brasileira e internacional que justificavam a necessidade da eugenia como fator determinante para o progresso social e econômico. Através da leitura de clássicos como Tomás Morus e John Locke e da ciência eugênica do século XIX, questionaremos até que ponto o ideal da pureza da raça também constitui um dos ideários da Modernidade. A busca por seres humanos melhores, mais fortes, bonitos e inteligentes pode ser encontrada nos textos dos filósofos gregos da antiguidade, ideal este retomado na Modernidade. A cunhagem do termo eugenia no século XIX, derivado do grego, e que vem a significar boa (*eu*) geração (*genus*), como uma nova ciência, desenvolvida pelo biólogo inglês Francis Galton (1822-1911), significa não apenas a busca por homens melhores, mas homens mais aptos para as novas demandas sociais, que eram os desafios do progresso. Desta forma, buscaremos a raiz da eugenia, através do questionamento da concepção de homem e natureza para os modernos, a partir de do ideal de sociedade exposta na obra *Utopia*, publicada em 1516, por Thomas More (1478-1535), nos moldes platônicos. Buscaremos então as origens do pensamento eugênico no século XIX e como ele foi propagado no Brasil, e como Monteiro Lobato expõe tais ideais em sua ficção *O presidente negro*. O questionamento acerca de como o ideal eugênico se fez presente na história (inclusive nas artes e na literatura, como é o caso da obra de Monteiro Lobato) é fundamental para o cientista humano que busque o entendimento sobre os rumos e projetos da modernidade e sua expansão em termos ideológicos, através do capitalismo. A eugenia está ancorada com os fundamentos modernos que também foram os ideais que fundaram o pensamento liberal, que justifica a política e a economia capitalista, principalmente em sua concepção de homem e natureza. Quando vemos, no texto *O presidente negro*, de Lobato, o imaginário futuro de uma sociedade que resolve seus conflitos e se torna harmônica pela eugenia, esta visão é o transplante de um ideário amplamente cultivado na Europa Ocidental e que, a partir do fim do século XIX e até a primeira metade do século XX foi praticamente hegemônica.

Palavras-chave: Monteiro Lobato. Eugenia. Modernidade.

O presente texto consiste em uma reflexão acerca do tema da eugenia e seu contexto histórico e social na Modernidade, a partir da leitura da ficção científica de autoria do escritor brasileiro José Bento Monteiro Lobato (1882-1948), intitulada *O presidente negro*, lançado em 1926 como *O choque – romance do choque das raças na America no anno de 2228*. A partir da concepção de que o homem é um ser essencialmente histórico e social, nosso propósito neste texto é questionar o caráter histórico das concepções eugênicas, ou seja, por que os ideais eugênicos parecem estar em consonância com a Modernidade e o capitalismo? E qual seria o papel da Eugenia neste contexto?

A busca por seres humanos melhores, mais fortes, bonitos e inteligentes pode ser encontrada nos textos dos filósofos gregos da antiguidade, ideal este retomado na Modernidade. A cunhagem do termo eugenia no século XIX, derivado do grego, e que vem a significar boa (*eu*) geração (*genus*), como uma nova ciência, desenvolvida pelo biólogo inglês Francis Galton (1822-1911), significa não apenas a busca por homens melhores, mas homens mais aptos para as novas demandas sociais, que eram os desafios do progresso.

O questionamento acerca de como o ideal eugênico se fez presente na história (inclusive nas artes e na literatura, como é o caso da obra de Monteiro Lobato) é fundamental para o cientista humano que busque o entendimento sobre os rumos e projetos da modernidade e sua expansão em termos ideológicos, através do capitalismo. A eugenia está ancorada com os fundamentos modernos que também foram os ideais que fundaram o pensamento liberal, que justifica a política e a economia capitalista, principalmente em sua concepção de homem e natureza. Quando vemos, no texto *O presidente negro*, de Lobato, o imaginário futuro de uma sociedade que resolve seus conflitos e se torna harmônica pela eugenia, esta visão é o transplante de um ideário amplamente cultivado na Europa Ocidental e que, a partir do fim do século XIX e até a primeira metade do século XX foi praticamente hegemônica.

Desta forma, nosso trabalho estrutura-se da seguinte forma: no primeiro momento, buscaremos a raiz da eugenia, através do questionamento da concepção de homem e natureza para os modernos, a partir de do ideal de sociedade exposta na obra *Utopia*, publicada em 1516, por Thomas More (1478-1535), nos moldes platônicos. Buscaremos então as origens do pensamento eugênico no século XIX e como ele foi propagado no Brasil, e como Monteiro Lobato expõe tais ideais em sua ficção *O presidente negro*.

Para compreender o significado histórico de uma determinada idéia, há a necessidade de apreendê-la em seu curso histórico, mas não como uma sucessão de idéias que geram outras, mas nas relações sociais dos homens que produzem sua existência real e que serão condicionadoras dos ideais que estes mesmos homens reais defenderão, seja para manter sua forma de vida, seja para modificar as situações sociais que não condizem com aquilo que acreditam. Devemos, assim, buscar a materialidade histórica das relações sociais, materialidade esta entendida como a produção da vida através do trabalho. Para compreendermos o ideal da eugenia, de gerar um Homem melhor a partir da seleção biológica das “raças” humanas, devemos compreender como aquela sociedade organizava e produzia sua vida, e o que a levou a produzir tal entendimento.

Eugenia: um ideal?

Talvez seja óbvio dizermos que uma sociedade ideal se constitui de homens ideais. E até mesmo que o homem ideal só pode ser formado em uma sociedade ideal. No entanto, como conjugar homem e sociedade para que finalmente a humanidade atinja o máximo de sua potencialidade? Um dos principais textos de filosofia da humanidade, **A República**, de Platão (429-347 a.C.) é uma das primeiras tentativas do pensamento filosófico e sistemático, de responder esta questão.

O texto constitui-se em um longo debate onde Sócrates, questionado por outros atenienses, como o sofista Trasímaco, e depois pelos irmãos de Platão, Glauco e Adimanto, é

colocado a demonstrar que a Justiça é um Bem e que o homem justo é um homem bom e racional. Partindo do princípio que a Justiça é uma virtude da alma, e justamente nisto está sua dificuldade em defini-la, Sócrates propõe então que o homem seja aumentado, para que a tarefa seja facilitada: que a Justiça seja investigada no Estado (ou, na polis, na cidade). Vemos que nesta concepção há uma relação direta entre o homem e a sociedade. O homem é a cidade escrita em letras graúdas (PLATÃO, 1993, 368e) e assim, as três partes da alma (razão, impetuosidade e apetite) correspondem a três classes sociais: Guardiões (governantes), os guerreiros e os artesãos. Para que fosse uma cidade perfeita (correspondendo ao homem perfeito) ela deveria ser, essencialmente, virtuosa, ou seja, possuir as quatro Virtudes fundamentais: Sabedoria, Coragem, Temperança e Justiça (PLATÃO, 1993, 427e). A cidade será Sábia se for governada racionalmente, ou seja, se aqueles cuja principal característica seja a racionalidade governarem a cidade, os Guardiões (será desta classe social que o filósofo-rei ou um grupo de filósofos-aristocratas irão governar a cidade). A Coragem estará presente em guerreiros impetuosos e que façam bem seu mister: defender a cidade e ser vitoriosos nas guerras. A Temperança (o bom tempero, ou equilíbrio) acontecerá quando os piores forem governados pelos melhores, ou seja, que os guerreiros e os artesãos (ligados ao apetite) jamais pleiteiem o governo, exclusivo dos Guardiões. A Justiça significa então que cada um faça o que a natureza melhor se dotou: que os filósofos governem, que os militares guerreiem e que os artesãos abasteçam a cidade.

Um importante aspecto a se destacar n'A República platônica é que os integrantes das classes são selecionados a partir da educação básica na cidade (a música e a ginástica). A aptidão de cada um que lhe conferirá um lugar na sociedade é avaliada desde a infância, e o sujeito será assim educado de acordo com as melhores aptidões presentes em sua alma. Isto significa mobilidade social, ou seja, é perfeitamente possível que filhos de artesãos cheguem a Guerreiros ou até mesmo possa ser um filósofo-rei ou um aristocrata. É importante que observemos que a demarcação entre piores e melhores segue a hierarquia das partes da alma: razão, ímpeto e apetite.

No entanto, ao ser questionado mais especificamente sobre a questão da família, principalmente entre os Guardiões, Sócrates revela, no Livro V da obra, que esta classe deveria se valer de artifícios para que dela sempre houvesse gerações cada vez melhores, e homens (e mulheres) cada vez mais superiores. Chamando a atenção de seus interlocutores sobre a necessidade de uma rígida seleção na procriação de cães de caça, aves e cavalos, Sócrates propõe assim que os casamentos e as procriações da cidade ideal sejam da mesma forma, rigidamente controladas:

É preciso, de acordo com o que estabelecemos, que os homens superiores se encontrem com as mulheres superiores o maior número de vezes possível, e inversamente, os inferiores com as inferiores, e que se crie a descendência daqueles, e a destes não, se queremos que o rebanho se eleve às alturas. (PLATÃO, 1993, 459de).

Desta forma, a perfeição desta sociedade passa também pelo controle da procriação de seus membros, controle que, inclusive, permitiria aos virtuosos governantes “usar de mentiras frequentes e de dolos para benefício dos governados” (PLATÃO, 1993, 459c). Podemos perceber então que já na época de Platão a “boa geração” é vista como forma de combater os males da sociedade, em igual medida que a virtude e a educação. Conforme Piètre (1996), não podemos também perder de vista que Platão descrevia seu modelo de sociedade para uma Atenas já decadente pelos conflitos externos (a Guerra do Peloponeso de 431-404 a.C. que culminou na derrota para Esparta) e internos (a tirania do Governo dos Trinta e a decadência da democracia).

A tentativa de se elaborar modelos ideais de sociedade, em paralelos de momentos de crise ou de profunda transformação social foi batizada de utopia, devido à obra homônima do inglês Thomas More (1478-1535), publicada em 1516. Inspirado na República platônica, More descreve na Utopia a grave situação social vivida na Inglaterra, onde, com o esfacelamento dos

laços feudais, e a transformação da terra em pastos para os carneiros que forneciam a lã que abastecia a manufatura têxtil das cidades, os antigos servos, cuja mão-de-obra não era absorvida nas propriedades rurais ou nos centros urbanos, acabavam por tornarem-se mendigos ou ladrões, o que gerou uma feroz legislação penal na Inglaterra, fazendo que tais atos chegassem até mesmo à pena capital (TOLEDO & SILVA, 2000). Utilizando-se do personagem (ou alter-ego?) Rafael Hitlodeu, Thomas More demonstra, no primeiro livro da *Utopia*, a crueldade dessa situação, quando nos diz, por exemplo, sobre os carneiros:

Essas plácidas criaturas que antes exigiam tão pouco alimento, mas que agora, aparentemente, desenvolveram um apetite tão feroz que se tornaram devoradores de homens. (MORE, 1993, p. 26-27).

Entretanto, ao mesmo tempo em que cruel, a solução também ineficaz, uma vez que “não há no mundo nenhum castigo que faça as pessoas pararem de roubar quando é esta a única forma de que dispõem para conseguir alimento” (MORE, 1993, p. 22-23). Se essa era a situação material na Inglaterra naquele período, Rafael Hitlodeu mostra a existência de uma situação totalmente oposta na ilha de Utopia. Utopia que, em sua raiz grega significa “lugar de nenhuma parte”, e Rafael Hitlodeu, que na origem hebraica e grega do nome significaria “aquele que traz a Luz é um contador de mentiras”, que mostram o conteúdo crítico e reflexivo do texto de More. A Utopia abrigaria uma sociedade fundada na igualdade absoluta de seus cidadãos, no trabalho comum a todos, nos estudos, e na abolição completa da propriedade. Se Platão estabeleceu uma sociedade da Razão, More estabeleceu uma sociedade do trabalho e da propriedade em comum, como forma de garantir uma vida feliz a todos. O trabalho, assim, geraria abundância, além de instituições justas e sábias. É interessante notarmos que a família é a base da organização desta sociedade, e do controle populacional das cidades da Utopia. Com número fixo de integrantes, “os membros excedentes são mandados para as famílias menos numerosas” (MORE, 1993, p. 81), o que mostra a preocupação com o equilíbrio populacional e mesmo o controle de filhos. No entanto, em um momento posterior da obra, Rafael revela um curioso ritual que antecede ao casamento dos utopianos: os noivos são mostrados inteiramente nus, um ao outro, por intermédio de uma outra mulher, casada e respeitável, e um homem, de grandeza moral. O motivo para isto, é de que as roupas podem esconder deformidades que poderiam deixar o cônjuge insatisfeito após a cerimônia. Assim como ao comprar cavalos, costuma-se deixar o animal completamente nu, retirando inclusive a sela, o mesmo procedimento deveria ser tomado no casamento, uma vez que os sábios utopianos descobriram que “ao casar-se, que a beleza do corpo pode contribuir muitíssimo à beleza da alma” (MORE, 1993, p. 119). Diferente de Platão, More não relaciona diretamente a procriação como fim último da formação de um casal fisicamente perfeito. No entanto, pela própria perfeição das instituições utopianas, baseadas na igualdade e comunidade absolutas, as boas gerações ocorreriam quase que naturalmente. É interessante notarmos que a categoria do trabalho surge como fundamental para manutenção da sociedade, o que impunha uma racionalidade diferente da que Platão pensava. Na Modernidade, a Razão tem outros fundamentos, conforme o professor Antonio Ozaí,

A *modernidade* anunciou o triunfo da *Razão*. Ela representou a possibilidade de construção de um mundo *novo*, de costas para o passado medieval, contra os valores morais e teológicos predominantes na Idade Média. Em seu lugar, impôs a racionalização do processo de produção, a impessoalidade nas relações, a dominação das elites que buscaram moldar o mundo ao seu pensamento, através da conquista de novos mercados, pela organização do comércio, a produção fabril e a colonização. (SILVA, 2004).

Assim, se os novos tempos traziam novos problemas, havia a necessidade de novos homens capazes de enfrentá-los. Ainda na Inglaterra, no século XVII, temos outro pensador, John Locke (1632-1704) que nos oferece uma obra fundamental para a modernidade, também baseada na definição sobre a natureza, o Segundo Tratado sobre o Governo publicado em 1690. No entanto, não é apenas o tempo que distancia esses autores. O século XVII, na Inglaterra foi

um século de intensas transformações sociais, materializadas em duas Revoluções (1640-1660, a chamada “Revolução Inglesa”, e 1688, a chamada “Revolução Gloriosa”) que modificaram a estrutura social deste país, tendo como significado que, conforme Florenzano, a Revolução Inglesa, “é impossível negar que foi uma revolução de caráter capitalista” (1998, p. 101). Locke é um filósofo contratualista, o que significa que sua filosofia política parte da pressuposição de um “estado de natureza” humano, e que o Estado Civil é um contrato dos seres humanos “naturais”. Vejamos como ele define tal estado:

(...) todos os homens naturalmente estão, o qual é um estado de *perfeita liberdade* para regular suas ações e dispor de suas posses e pessoas do modo como julgarem acertado, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir licença ou depender da vontade de qualquer outro homem.

Um estado também de *igualdade*, em que é recíproco todo o poder e jurisdição, não tendo ninguém mais que outro qualquer (...). (LOCKE, 1999, § 4).

Há, portanto, uma concepção de natureza em Locke e de homens naturais. A beleza retórica de sua definição esconde, na verdade, a culminância do processo de Acumulação Primitiva na Inglaterra, que, segundo Marx, é o “processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção” (MARX, 1998, p. 828). É o momento que, a partir da estrutura econômica feudal, criou-se a estrutura capitalista. Sobre a Gloriosa Revolução, que Locke participou ativamente (sendo o Segundo Tratado considerado o texto que a justifica) Marx comenta que

Os capitalistas burgueses favoreceram a usurpação, dentre outros motivos, para transformar a terra em mero artigo de comércio, ampliar a área da grande exploração agrícola, aumentar o suprimento dos proletários sem direitos” (MARX, 1998, p. 838).

Aquilo que Locke mostra como natural, foi, na verdade, obra de uma violência social sem limites, em nome da implantação do capitalismo.

Conforme Boarini, o recurso ao estado de natureza “para justificar mudanças de ordem econômica”, por parte de autores como Locke e Rousseau ofereceu “um importante artifício para legitimar as transformações que ocorriam na época” (BOARINI, 2003, p. 21). Tal artifício serve justamente para esconder as diferenças de classes e a violência do período, justificando o estado da burguesia como classe social detentora do poder econômico e político na sociedade. Conforme Marx, “vêm-no não como um processo histórico, mas como ponto de partida da História, porque o consideravam como um indivíduo conforme à natureza – dentro da representação que tinham de natureza humana” (MARX, 1982, p. 4). O próprio Marx, no século XIX, tinha condições de perceber o acirramento do discurso da naturalização do social, da biologização do conceito de homem e do caminho do capitalismo rumo ao imperialismo e ao máximo da exploração humana.

Tal acirramento, no campo do conhecimento se deu na teoria da Eugenia: “A eugenia enquanto ciência biológica aparece, pela primeira vez sistematizada, por Francis Galton, em 1869, no livro de sua autoria intitulado *Hereditary genius*.” (BOARINI, 2003, p. 28). Conforme o documentário 1900: homo sapiens de Peter Cohen, pretendia este cientista:

“O que a natureza faz às cegas devagar e impiedosamente, o homem pode fazer com cuidado, rapidez e carinho” afirma o cientista inglês Francis Galton. De acordo com Galton, a evolução do homem é impedida pelo fato de as pessoas inferiores procriarem mais rapidamente. A idéia que vida, sociedade podem ser cultivadas como um jardim em que ervas daninhas devem ser distinguidas de plantas úteis é algo que Galton quer desenvolver como uma ciência. (COHEN, 1998).

Desta forma, a eugenia tinha seus destinatários: as pessoas inferiores. Quem seriam estas? “A pobreza ou o ‘pauperismo’, como chamavam na época, era cientificamente considerada, por muitas universidades e médicos respeitados, um defeito genético transmitido de geração a geração” (BLACK, 2003, p. 45). O que ocorria era que os pauperizados pelo capitalismo coincidiam com aqueles que sempre estiveram à sua margem, incluindo outras etnias, como afro-descendentes e asiáticos. Claro, as etnias eram consideradas raças, e, como tal, não acompanhavam o desenvolvimento do capital, sendo, portanto, passíveis de

esterilização, o que foi política de estado nos Estados Unidos e em países da Europa no início do XX, como nos relata Black:

O movimento foi chamado de eugenia. Foi concebido no começo do século XX e implementado pelos homens mais ricos, mais poderosos e cultos dos Estados Unidos, contra os mais vulneráveis e desamparados da nação. Os eugenistas procuraram exterminar, metodicamente, todos os grupos raciais e étnicos, e todas as classes sociais de que não gostavam ou que temiam. Foi uma campanha legalizada nos Estados Unidos para criar uma raça superior – não uma super-raça qualquer. Os eugenistas queriam criar uma super-raça puramente germânica ou nórdica, que tivesse o domínio biológico sobre todas as outras. (BLACK, 2003, p. 47).

Para isso, a eugenia previa dois caminhos: a eugenia positiva, que procurava que as pessoas de raças superiores e em condições de saúde excelentes tenham filhos entre si, e a eugenia negativa, que era a política de esterilização de incapazes, deficientes, criminosos e pessoas de raças inferiores. Como já dissemos, a eugenia negativa foi amplamente utilizada nos países mais desenvolvidos do capitalismo, desde o republicano Estados Unidos até a nazista Alemanha. E o Brasil?

Lobato: a eugenia do futuro.

No início do século XX, o Brasil passava por um intenso momento de transformação, social e em sua estrutura política. O fim do século XIX e a proclamação da República obrigou as elites oligárquicas a se modernizarem, conforme ocorria com a sociedade: “Transformações como a mão-de-obra escrava em livre, a produção agrária em industrial e a vida rural em urbana, faziam o antigo estado colonial remanescente render-se às relações capitalistas, deflagrando novas situações e desigualdades sociais” (MAI, 2003, p. 47). A sociedade transformava-se, e o capitalismo começava a ser, enfim, desbravado. As cidades começam a crescer com a escravatura abolida, e a imigração que trouxeram novas possibilidades de mão-de-obra livre para a indústria. Wanderbroock Júnior (2009, p. 24) nos informa que se por volta de 1890 a população rural representava 75% da população, em 1930 esse montante é de 70%. Os problemas sociais advindos dessa mudança social, como o aumento da criminalidade, da pobreza, e das doenças, aliados à influência das idéias sobre a eugenia na Europa e nos EUA, geraram no Brasil, segundo Boarini:

Diante da exigência de modernização do processo de trabalho e das práticas sociais em geral para dar passagem ao capitalismo moderno e, assim, tirar o Brasil do atraso econômico e social em relação aos Estados Unidos da América do Norte, por exemplo, a feição cientificista impregnou os diagnósticos e as formulações distintas dos projetos de nação que disputaram o cenário. (BOARINI, 2007, p. 6)

Foi através da influência política dos médicos que o futuro da nação passou a ser desenhado: “A ambição da medicina em interferir na constituição das leis brasileira faz parte do processo de medicalização da sociedade” (DIWAN, 2007, p. 94). Desta forma a ciência médica brasileira avocou-se a missão de reformar a sociedade, encontrando na intelectualidade brasileira ardorosos defensores, como Renato Kehl, Roquette-Pinto, Oliveira Vianna, Fernando Azevedo, Monteiro Lobato (DIWAN, 2007, p. 93). O movimento eugenista

Encontrou no escritor paulista Monteiro Lobato um eficiente divulgador da idéia de que o País era um grande hospital. A salvação nacional vinha da ciência e dos cientistas de Manguinhos. Em famoso folheto, Lobato retratou o matuto doente e abúlico que, uma vez tratado, se transformava em um empresário de estilo ianque. O matuto, se convence do valor da ciência: o que disser “nhá Ciência”, ele obedece. (CARVALHO, 2005, p. 111).

A explicação para os matutos, ou “jecas”, segundo a eugenia brasileira, tinha base nas teorias européias que consideravam que a miscigenação dos trópicos implicava na degeneração das raças. Mesmo com essa situação, os intelectuais brasileiros acreditavam na possibilidade de desenvolvimento. José Bento Monteiro Lobato, nascido em Taubaté, no interior de São Paulo, formado em Direito no Largo São Francisco, seguiu a carreira das artes, principalmente da

literatura, mas tendo como paixões a fotografia e a pintura. Engajou-se na modernização do Brasil, e assim colocou ao lado do movimento eugênico como um de seus principais divulgadores. O romance lançado em 1926 como *O choque – romance do choque das raças na America no anno de 2228*, ou, posteriormente relançado vinte anos após como *O presidente negro*, além de ser uma tentativa de se lançar no mercado norte-americano, foi também uma forma de divulgar as idéias eugênicas que compartilhava.

A história de *O presidente negro* se passa em 1926, protagonizada por Ayrton Lobo, um sujeito absolutamente comum para seu tempo. Trabalhando na firma de cobranças Sá, Pato & Cia, leva uma vida normal até que adquire um automóvel. O veículo faz com que Ayrton ganhe destaque social, e um novo *status* na firma: afinal, agora ele podia fazer seu trabalho mais rápido e ir mais longe. Em uma de suas andanças. Ao acelerar demasiadamente seu carro, é acidentado e é recolhido em uma espécie de castelo. Lá conhece intimamente o professor Benson, figura misteriosa e conhecida na cidade, como “sábio em ciências naturais e sábio ainda em finanças (...). E tão sábio que jamais perde” (MONTEIRO LOBATO, 2008, p. 24). O professor, já velho, e vivendo em companhia de sua filha, Miss Jane (que desperta o amor de Ayrton) e de alguns empregados, decide abrigar o convalescente como seu confidente, e revelar-lhe “a mais extraordinária descoberta de todos os tempos” (MONTEIRO LOBATO, 2008, p. 38). Assim, Ayrton é apresentado ao “porviroscópio”, peculiar invenção do professor, que lhe permite conhecer o futuro, através de “cortes anatômicos” no tempo. A noção de corte anatômico é um conceito biológico: o porviroscópio, como um microscópio que analisa os cortes dos tecidos, analisa cortes realizados no tempo. Ayrton aprende com muita dificuldade as explicações científicas do professor Benson, enquanto se aproxima cada vez mais de Jane. O professor, bastante debilitado pela idade, sentindo o fim da vida, destrói o porviroscópio, e todas as anotações que possibilitassem sua reconstrução, ou que até mesmo indicassem sua existência. Miss Jane, solitária, e dona de imensa fortuna (fruto dos cortes anatômicos realizados no mercado financeiro pelo professor), passa a ter uma próxima amizade com Ayrton, com o objetivo de manter a memória das realizações do pai, propondo que este escrevesse um livro, e Ayrton, entre a curiosidade do futuro e o amor de Jane, passa a visitá-la regularmente.

Miss Jane passa então a narrar-lhe a história do futuro, e, visando o livro que Ayrton escreveria, começa a contar como, em 2228, os Estados Unidos viverá um intenso choque de raças, brancos e negros, com a eleição do primeiro presidente negro daquele país.

Monteiro Lobato, através de Jane, irá elogiar longamente os Estados Unidos como uma civilização eugênica: “que é a América senão a feliz zona que desde o início atraiu os elementos mais eugênicos das melhores raças européias?” (MONTEIRO LOBATO, 2008, p. 90). A força da grande nação foi absorver o melhor da raça branca européia, e mantê-la pura. A Europa, ao contrário, “acabará amarelada pela pigmentação mongólica” (MONTEIRO LOBATO, 2008, p. 91), isso lá pelo século XXV.

O negro, arrancado à força da África, teria sido, segundo Jane, o “único erro inicial” (MONTEIRO LOBATO, 2008, p. 92). É interessante notarmos que Ayrton tenta fazer um elogio da miscigenação tropical à brasileira, afirmando que

A nossa solução foi admirável. Dentro de cem ou duzentos anos terá desaparecido por completo o nosso negro em virtude de cruzamentos sucessivos com o branco. Não acha que fomos felicíssimos na nossa solução? (MONTEIRO LOBATO, 2008, p. 92).

A resposta de Miss Jane vai aos fundamentos do racismo:

A nossa solução foi medíocre. Estragou as duas raças, fundindo-as. O negro perdeu as suas admiráveis qualidades físicas de selvagem e o branco sofreu a inevitável piora de caráter, conseqüente a todos os cruzamentos entre raças díspares. Caráter racial é uma cristalização que às lentas se vai operando através dos séculos. O cruzamento perturba essa cristalização, liquefa-a, torna-a instável. A nossa solução deu mau resultado. (MONTEIRO LOBATO, 2008, p. 92).

Lobato, assim, posicionava-se com o que o eugenismo brasileiro teorizava:

Reproduzindo o discurso de certas correntes eugenistas de que a degeneração racial brasileira causada pelo processo de hibridização era irreversível, Miss Jane afirma que a interação racial “matou no Brasil a possibilidade de uma suprema expressão biológica”. (QUELUZ, 2006, p. 248).

Nos Estados Unidos, afirma ela, onde as raças permaneceram eugenicamente separadas, o que se observou no futuro foi o orgulho extremado das raças, até o inevitável choque em 2228, o que gerou a solução final para o conflito racial. Antes de narrar como se deu tal acontecimento ao afoito Ayrton, Miss Jane prefere contar-lhe como a eugenia foi aplicada de forma sistemática nos EUA. A princípio, a elite branca européia foi, “maquiavelicamente” levada para lá, deixando o Velho Mundo vulnerável à onda amarela. Com uma excepcional elite branca, foi então estabelecido um “Código da Raça”, que promoveu a eugenia negativa e positiva, da seguinte forma:

(...) promoveu a esterilização dos tarados, dos malformados mentais, de todos os indivíduos em suma capazes de prejudicar com má progênie o futuro da espécie. Só depois da aplicação de tais leis é que foi possível realizar o grandioso programa de seleção que já havia empolgado todos os espíritos. Os admiráveis processos hoje em emprego na criação dos belos cavalos puros-sangues passaram a reger a criação do homem na América. (MONTEIRO LOBATO, 2008, p. 98).

É interessante notarmos que mais uma vez é chamada a comparação da criação com animais (notadamente os cavalos) com a necessidade de se regular as procriações humanas. Vemos que o ciclo iniciado por Platão na República, e repetido por More na Utopia aparece novamente. Os negros americanos, também eugenizados, acabaram se tornando, com a aplicação do Código da Raça, e os milagres da ciência eugênica, em um negro “de raça puríssima, sem uma só gota de sangue branco nas veias” e que, apesar de “ter o cabelo carapinha”, era “horrivelmente esbranquiçado”. A ciência, destruindo o pigmento que causa a cor negra, gerou seres esbranquiçados, como as “mulatas de hoje que borram a cara de creme e pó-de-arroz...” (MONTEIRO LOBATO, 2008, p. 102). É interessante notarmos que o personagem de Miss Jane tem como característica principal uma inabalável tranquilidade e até mesmo certa sabedoria. O que para nós é o racismo em sua vertente mais preconceituosa, para Monteiro Lobato fazia parte da melhor ciência que a humanidade produzira. É importante também evidenciarmos que O presidente negro sequer foi publicado na América pois os editores americanos o consideraram demasiadamente racista, capaz de gerar conflitos e manifestações políticas (vide AZEVEDO, CAMARGOS & SACCHETTA, 1997, p. 220 – 222).

É neste contexto que surge Jim Roy. Negro de altas qualidades, resolve entrar no pleito para a presidência da República norte-americana, ocasionando o choque. Ocorreu que no ano de 2228, as mulheres brancas, a partir de teorias feministas (que afirmavam que o homem branco pertenceria a uma outra espécie, diferente da mulher) resolvem lançar uma candidata própria à presidência, Miss Evelyn Astor, contra o candidato branco Kerlog, concorrendo à reeleição. Com isso, os votos brancos dividiram-se entre masculinos e femininos, permitindo que os negros pleiteassem a eleição, elegendo Jim Roy, ainda que os negros tenham votado como “autômatos”. Foi, no entanto, nos dias seguintes, que a eleição do primeiro presidente negro começou a mostrar suas trágicas consequências para a sociedade:

Lentamente despertava na massa negra do longo letargo de submissão e tremia de narinas ao vento, como tigre solto na *jungle*. Toda a barbárie atávica, todos os apetites em recalque, rancores impotentes, injustiças padecidas, todas as vergastadas que laceraram a sua pobre carne até o advento de Lincoln, e depois de Lincoln todas as humilhações da desigualdade de tratamento – essa legião de fantasmas irrompeu da alma negra como serpes de sob a lage que mão imprudente levanta. E a raça triste, que através dos séculos não se atrevera a sonho maior que o da mesquinha liberdade física, passou a sonhar o grande sonho branco da dominação... (MONTEIRO LOBATO, 2008, p. 147).

Assim, com a chegada ao poder, despertou no negro toda sua animalidade, antes dominada pela racionalidade do branco. A eleição do presidente negro significaria o fim da

América, e sua civilização de pureza racial e racional. Frente a tal situação extrema, os brancos apressaram-se a procurar uma solução definitiva para o problema.

Esta vem através de John Dudley, “pai da cor número 8 e autor de 72 invenções”, como é apresentado, um dos mais eminentes representantes da racionalidade branca. Ele apresenta a Kerlog sua mais recente invenção: os raios Ômega, que eliminam os cabelos crespos, alisando-os.

Três aplicações apenas, de três minutos cada uma. Tais facilidades juntas ao custo mínimo – dez centavos por cabeça – fizeram que os negros acorressem aos postos como cães famintos a bofes fumegantes. (MONTEIRO LOBATO, 2008, p. 174).

Os negros, assim como se despigmentaram outrora, correram para livrarem-se de sua última herança física: os cabelos. Não que isso mudasse sua condição de negro, mas estranhamente esqueceram-se por um momento de sua nova condição de dominadores para, como animais, assumirem os padrões corporais dos brancos. No entanto, nos raios Ômega estava o grande trunfo do branco, a sua vitória definitiva sobre o negro. O diálogo entre Kim Roy e Kerlog é emblemático, conforme reproduziremos:

- “Diga tudo, presidente Kerlog, diga essa palavra que mata!” (...)
- “Tua raça foi vítima do que chamarás a traição do branco, e do que chamarei as razões do branco.”
- O negro esboçou um ríctus de ódio.
- “Traição!... e é o presidente Kerlog quem justifica a traição!...”
- “Não justifico, Jim, consigno-a. Não há traição quando a senha é vencer.”
- Jim sorriu com desprezo.
- “A moral branca...”
- “Não há moral entre raças, como não há moral entre povos. Há vitória ou derrota. Tua raça morreu, Jim...” (...)
- “Sim”, confirmou Kerlog. “Os raios de John Dudley possuem virtude dupla... Ao mesmo tempo que alisam os cabelos... (...) esterilizam o homem”. (MONTEIRO LOBATO, 2008, p. 189-190).

Neste trecho, o clímax da obra, Monteiro Lobato mostra que em política, ou melhor, na história, não há espaço para a moralidade, quando a violência está no seu auge. Quando grupos antagônicos se enfrentam, é a supressão de um que permitirá a existência do outro. Não há moral, nem traição. Há vitória ou derrota, e, no caminho da modernidade, a vitória será daquele que se mostra superior em sua racionalidade, o que ele esperava que assim ocorresse com a implantação dos ideais da eugenia no Brasil. “Monteiro Lobato foi fiel a suas idéias e, mesmo que se conteste, caminhou de mãos dadas com os eugenistas no final da década de 1920, período da radicalização do movimento.” (DIWAN, 2007, p. 112).

Procuramos, assim, compreender este romance em sua historicidade, a partir das idéias que, ancoradas na realidade vivida pelos homens, em seu contexto de racionalização, modernização e implantação do capitalismo, foram expostas e que fazem parte daquela época, como é o caso da eugenia, e até mesmo do racismo tão explicitamente exposto por Monteiro Lobato. Conforme podemos perceber, a eugenia, na verdade tão antiga quanto o pensamento ocidental, constituiu um ideário da Modernidade, ao permitir que um novo homem pudesse ser moldado, frente às novas necessidades sociais.

Tal ideário, marca de uma época, não desmerece em nada a monumental obra de Monteiro Lobato, que pode ser considerado um clássico de nossa literatura, principalmente a literatura infanto-juvenil. O presidente negro apenas mostra que ele era um homem de sua época, e que, como intelectual comprometido com uma visão de desenvolvimento propagada em uma determinada classe social, não poderia esboçar pensamento diferente.

Entretanto, podemos observar que há um esforço por parte da intelectualidade de hoje em mascarar ou amenizar os escritos de Lobato. Podemos perceber que, por ser uma obra de ficção científica, as questões da eugenia e do racismo acabam por ficar em segundo plano, sendo privilegiado a previsão do futuro que estas obras acabam por expor. Assim, Camargos &

Sacchetta (2008, p. 18) enaltecem o visionário Monteiro Lobato, quando, em 2008, uma mulher branca e um negro disputavam a vaga do Partido Democrata à Presidência dos Estados Unidos, em referência a Hillary Clinton e Barack Obama. Ou então, Lajolo (1999, p. 79) traz o exemplo de Michael Jackson como exemplo de despigmentação e alisamento dos cabelos. Tais exemplos são, a nosso ver, totalmente descabidos, por retirarem a historicidade e isolarem fatos individuais e ao acaso. Se fossemos julgar a obra por esta capacidade de antever o futuro, por que então não pensar na “solução final” que a Alemanha nazista (e eugenista) de Adolf Hitler tentou empreender contra os judeus, a partir de 1942, bastante semelhante com a solução de Kerlog? Talvez essa reflexão possa ser mais interessante sobre o rumo que tais idéias podem tomar, na prática social.

Referências

AZEVEDO, C.; CAMARGOS, M. & V. SACCHETTA. Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia. São Paulo: SENAC, 1997.

BLACK, E. A guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

BOARINI, M. L. A higiene mental e saber instituído. *Mnemosine*, Vol. 3, Nº 1, p. 3-17 (2007).

_____. Higienismo, eugenia e a naturalização do social. *In*: BOARINI, M. L. (org). Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: EDUEM, 2003.

CAMARGOS, M. & V. SACCHETTA. Um fabulista visionário. *In*: MONTEIRO LOBATO. O presidente negro. São Paulo: Globo, 2008.

CARVALHO, J. M. Pontos e bordados: escritos de história e política. 2. reimpr. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

COHEN, P. 1900: Homo sapiens. Suécia: Versátil Home Vídeo, 1998. DVD (88 min.).

DIWAN, P. Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

FLORENZANO, M. As revoluções Burguesas. 17. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1998.

LAJOLO, M. Negros e negras em Monteiro Lobato. *In*: LOPES, E. Lendo e escrevendo Lobato. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOCKE, J. Dois tratados sobre o governo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MAI, L. D. Difusão dos ideários higienista e eugenista no Brasil. BOARINI, M. L. (org). Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: EDUEM, 2003.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 16.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998. Vol. II.

_____. Para a crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Col. Os Economistas.

MONTEIRO LOBATO. O presidente negro. São Paulo: Globo, 2008.

MORE, T. Utopia. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

PIETTRE, B. Apresentação. *In*: PLATÃO. A República: Livro VII. 2. ed. Brasília: EdUNB, 1996.

PLATÃO. A República. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

QUELUZ, G. L. Eugénias modernistas: O presidente negro de Monteiro Lobato e a República 3000 de Menotti Del Picchia. Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba, n. 2, 1. sem. 2006.

SILVA, A. O. A força da tradição no mundo ao avesso. Revista Espaço Acadêmico – Nº 35 – Abril de 2004, disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/035/35epol.htm>>.

TOLEDO, C. & SILVA, R. A concepção de propriedade na Utopia de Thomas More. Acta Scientiarum, Maringá-PR, 22(1):235-246, 2000.

WANDERBROOCK JR. A educação sob medida: os testes psicológicos e o higienismo no Brasil (1914-45). Maringá: Eduem, 2009.